



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PESQUISA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**ROBERES DOUGLAS RODRIGUES
MIGUEL DOMINGOS DA SILVA**

CONSOLIDANDO A TRADIÇÃO:

Um estudo sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural da Polícia Militar da Paraíba.

Artigo final, apresentado a Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa da Diretoria de Educação e Cultura da Polícia Militar da Paraíba, como parte das exigências para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Orientador: Prof. Pós-Doc. Fábio Gomes de França.

João Pessoa - PB
2025

CONSOLIDANDO A TRADIÇÃO:

Um estudo sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural da Polícia Militar da Paraíba.

Roberes Douglas Rodrigues¹
Miguel Domingos da Silva²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de preservação do patrimônio histórico e cultural da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), concomitantemente examinando as ações concretas empreendidas pela instituição para a manutenção de sua memória institucional junto à sociedade paraibana. Historicamente, a temática da preservação patrimonial tem sido negligenciada no contexto da corporação, apesar de seus 193 anos de existência. O foco central da pesquisa reside na compreensão das estratégias e condições estabelecidas pela PMPB para a perpetuação de seu acervo histórico e cultural. A metodologia empregada é de natureza documental e bibliográfica, baseada na compilação de Leis estaduais, publicações oficiais da PMPB (leis e decretos), artigos e livros especializados disponíveis em meio eletrônico, complementada pela coleta de depoimentos de membros da corporação e observação direta. Finalmente, a investigação culmina com uma reflexão crítica sobre o *status quo* da preservação histórica da PMPB, focando especificamente em seu patrimônio material. Argumenta-se que esta discussão possui extrema pertinência no cenário contemporâneo, dada a recorrência de debates sobre temas correlatos.

Palavras-chave: Preservação Patrimonial; Polícia Militar da Paraíba; História Institucional; Patrimônio Cultural; CPHC.

¹ Graduado em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal da Paraíba/ www.ufpb.br/ E Pós-graduado Especialista em Ciência das Religiões pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes/ www.cintepfaculdades.com.br/. Atuando na função de Subcomandante do Centro do Patrimônio Histórico e Cultural da PMPB. Email: roberesdouglas35@gmail.com/ Link para o Lattes: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do/http://lattes.cnpq.br/9792510433450>

² Tecnólogo no curso Superior em Segurança Pública pela Universidade Pitágoras Unopar. Atuando como Assistente de Gabinete do Estado Maior Estratégico da PMPB. Email: migueldomingos.officialpmpb@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tendo quase dois séculos de existência, a Polícia Militar da Paraíba (PMPB) tem uma história marcada por momentos de luta na defesa da ordem e da vida, mas também por períodos de tensões políticas e sociais. Essa história é contada através de documentos oficiais, livros e artefatos que nos fazem viajar para outras épocas, imaginando como determinado acervo é utilizado no cotidiano da atividade policial.

Com base no acervo histórico mencionado e na sua importância para a memória Institucional da Polícia Militar, que, inclusive, se confunde muitas vezes com a história do próprio Estado da Paraíba, nos vem a seguinte reflexão: Como a polícia militar da Paraíba tem criado as condições necessárias para preservar o seu patrimônio histórico e cultural ao longo de 193 anos de existência?

A PMPB tem um acervo histórico que a instituição tem por obrigação de preservar para que não se perca no tempo a sua história organizacional, enquanto instituição pública mais antiga do Estado. Sendo uma história marcada por participação na Guerra do Paraguai³ (maior confronto armado da América do Sul), por reprimir revoltas regionalizadas no período imperial brasileiro, como o Ronco da Abelha⁴ e Quebra-Quilos⁵, por combater cangaceiros⁶ no alto sertão da Paraíba, e ainda participar como protagonista no apoio ao golpe de 1930⁷.

Com efeito, para essa pesquisa, iremos analisar as medidas adotadas pela própria Instituição para preservação da sua memória, utilizando-se de documentos oficiais (leis e decretos), referências bibliográficas inerentes a temática, fontes orais e observação direta. O nosso objetivo principal é fazer um levantamento das ações da PMPB para preservação da história Institucional, dentro de uma abordagem qualitativa exploratória, analisando a quantidade existente e o estado de preservação de artefatos históricos, além de projetos futuros para debate e

³ Guerra do Paraguai (1864-1870), também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, foi o maior e mais sangrento conflito armado da história da América do Sul.

⁴ Ronco da Abelha foi uma revolta popular armada que ocorreu entre 1851 e 1852 na Paraíba e em outras províncias do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe.

⁵ A revolta do "Quebra-Quilos" na Paraíba, iniciada em 1874, foi um levante popular contra a implantação do sistema métrico decimal pelo governo imperial, que exigia o uso de novas balanças e pesos.

⁶ Cangaceiros eram membros de bandos armados que atuaram no sertão nordestino entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, praticando crimes como roubos, assassinatos e sequestros, mas também sendo vistos por alguns como protetores da população pobre.

⁷ O "golpe de 1930", também conhecido como Revolução de 1930, foi um movimento político-militar que pôs fim à República Velha (Primeira República) e levou Getúlio Vargas ao poder no Brasil.

ampliação do tema na corporação. Para os objetivos específicos, fazer um levantamento das ações da PMPB para a preservação da história Institucional, buscar analisar onde estão e o estado de preservação do patrimônio, e identificar os obstáculos e desafios estruturais e conceituais inerentes ao processo de valorização e preservação da memória.

Portanto, inicialmente, será apresentada uma elucidação conceitual do patrimônio histórico e cultural, sublinhando sua relevância intrínseca para a conformação da identidade social e a construção da memória coletiva; Posteriormente, o foco será direcionado à consolidação do patrimônio histórico-cultural militar como um vetor de atratividade turística, iniciativa das Forças Armadas, com especial ênfase nas contribuições do Exército Brasileiro, no estabelecimento e na promoção desses sítios; E, por fim, o estudo se concentrar-se-á no desenvolvimento de uma consciência de memória a partir do patrimônio histórico da Polícia Militar da Paraíba.

Patrimônio Histórico e Cultural

Segundo John (2012), o patrimônio histórico e cultural, composto por seus bens materiais e imateriais, está imbuído de valores simbólicos intrínsecos a uma determinada comunidade. Tais valores são conservados no decurso do tempo, mantendo a memória coletiva viva e materializada. Essa memória materializada é legada pelos indivíduos que habitam um local específico, imprimindo nesses espaços sua identidade, história, características e costumes. Sendo assim, o termo patrimônio histórico cultural diz respeito a tudo aquilo que é produzido, material ou imaterialmente, pela cultura de determinada sociedade que, devido à sua importância cultural e científica em geral, deve ser preservado por representar uma riqueza cultural para a comunidade e para a humanidade. Choay (2001, p. 11), discorre sobre patrimônio histórico como sendo:

A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

Com efeito, a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi formalizada em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, sancionada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas. No âmbito de todo o território nacional, compete ao IPHAN a atribuição de identificar, restaurar, fiscalizar e proteger os bens culturais que integram o patrimônio da nação. Para o cumprimento de suas responsabilidades, a instituição mantém uma superintendência em cada unidade federativa, a qual é responsável pela gestão e pelas ações na respectiva região.

Portanto, a relevância do patrimônio histórico e cultural para o arcabouço social reside intrinsecamente na sua capacidade de salvaguardar a memória, consolidar a identidade e fomentar a cidadania. Ao instituir a proteção do acervo de bens materiais e imateriais, a sociedade assegura o direito à memória coletiva, o que permite a compreensão aprofundada de seu passado, a valorização de suas origens e, conseqüentemente, o estabelecimento de alicerces robustos para o desenvolvimento sociocultural das gerações vindouras. O patrimônio histórico-militar insere-se inerentemente nessa dinâmica, constituindo um bem cultural de significativo valor mnemônico para a memória da civilização. A análise subsequente visa examinar essa interconexão e sua materialização específica no contexto do território brasileiro.

Patrimônio Histórico e Cultural Militar no Brasil

Para Moraes (2020), em diversas nações, a visitação a bens culturais vinculados à história e à cultura militar — denominados patrimônio ambiental e cultural militar — constitui uma prática significativamente estabelecida. O Brasil também detém um vasto patrimônio cultural e militar, e numerosos espaços encontram-se abertos à visitação turística. Tais locais estão, em parte, sob a tutela das Forças Armadas e, em parte, sob a gestão dos Estados da Federação ou dos municípios. O setor do turismo tem se apropriado desses patrimônios como atrativos e os tem empregado como um elemento para estimular o interesse das pessoas em conhecer ambientes militares, como museus e quartéis. Adicionalmente, estes bens servem como conteúdo relevante tanto para o ensino escolar quanto para os profissionais que atuam nos setores militares.

Figura 1 - Museu Militar Conde de Linhares, Rio de Janeiro/RJ



Fonte: <https://viajarcorrendo.com.br/>

Segundo Oliveira (2018), o Exército Brasileiro possui o maior número de fortificações na lista de indicação a Patrimônio Mundial no país. Atualmente, o Exército tem uma política cultural (normatizada pela Portaria n.º 615/2000) focada em projetar sua imagem para a sociedade civil através de seus valores culturais. Documentos internos mostram que essa política busca uma maior aproximação entre a instituição e os órgãos culturais da sociedade civil. Essa mudança na postura se refletiu na estrutura organizacional do Exército. Em 2008, o Decreto n.º 6.710 extinguiu a antiga Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) e criou a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), vinculando a área cultural ao seu departamento de Comunicação Social e Ensino.

A Diretriz para o Sistema Cultural do Exército (SisCEEx) aprovada pela Portaria - EME/C Ex nº266, de 4 de dezembro de 2020 tem como missão atuar, sinergicamente, sob a direção do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx), para a preservação e a divulgação do patrimônio cultural material e imaterial do EB. (Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército).

De fato, observa-se que as Forças Militares, notadamente o Exército Brasileiro, têm buscado consolidar sua identidade histórica por meio da instituição da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural. Adicionalmente, procuram projetar valores institucionais na sociedade através de seus departamentos de comunicação social e de ensino. Em síntese, o escopo de atuação transcende a mera preservação histórica institucional, visando atribuir um valor social intrínseco ao seu patrimônio.

A consciência relativa ao patrimônio histórico, notadamente no âmbito militar, ultrapassa a esfera das Forças Armadas. As Polícias Militares (PMs), constitucionalmente estabelecidas como forças auxiliares e reserva do Exército, igualmente demonstram um esforço institucional na preservação de sua memória. Este processo se manifesta por meio da salvaguarda de seus patrimônios históricos, sejam eles de natureza material ou imaterial, o que reitera sua significância no contexto da evolução histórica brasileira.

Nesse panorama, a Polícia Militar da Paraíba (PMPB) busca consolidar sua narrativa histórica. Tal empreendimento é conduzido através da preservação sistemática de artefatos e narrativas, visando firmar a contribuição da corporação para a formação do Estado Brasileiro no âmbito regional e nacional. A seguir, veremos a formação do patrimônio histórico e cultural da Polícia Militar da Paraíba, das primeiras iniciativas, conquistas, obstáculos e desafios a serem superados.

Patrimônio Histórico e Cultural da Polícia Militar da Paraíba

A Polícia Militar da Paraíba, assim como outras instituições militares, tem o seu acervo patrimonial, histórico e cultural. Alguns prédios públicos foram sede do comando geral por muitos anos, como é o caso do Convento do Carmo, primeira unidade militar da polícia, na época intitulada de Guarda Municipal Permanente da Paraíba. A banda de Música da PMPB também é considerada patrimônio da corporação, contando com mais de 160 anos de criação.

A PMPB também tem viaturas antigas que foram utilizadas no policiamento ostensivo na década de 1970, como é o caso das viaturas 001 e 0246, VW fusca e o jeep Willys, respectivamente. Outro patrimônio da corporação é um pequeno arsenal bélico⁸ que foi utilizado no combate ao cangaço e que está em permanente exposição no Museu da PMPB, que em seguida, iremos explicar dada a importância da criação deste como marco para conscientização histórica e cultural da corporação.

O Museu da Polícia Militar da Paraíba foi criado através do Decreto de Nº19.067, de 27 de agosto de 1997, pelo, então governador do Estado da Paraíba,

⁸ Arsenal bélico é um conjunto de armas, munições e equipamentos militares. O termo pode se referir tanto a um local onde armamentos são fabricados, armazenados, mantidos e distribuídos (como um armazém militar) quanto ao conjunto total de recursos militares de um país ou organização.

José Targino Maranhão, que publicou o decreto no Diário Oficial do Estado (Nº10.664 de 28 de agosto de 1997).

No seu artigo 1º, além da criação do Museu, vinha descrito a “finalidade de adquirir, recolher, classificar, pesquisar, manter e divulgar o conjunto de peças históricas da Corporação”⁹. Já os artigos 2º e 3º, tratam do efetivo proposto e da gestão do museu. Entretanto, o artigo 4º diz que: “O Comandante Geral da Polícia Militar disporá do prazo de 90(noventa) dias, para regulamentar a Organização e Funcionamento do Museu, através de Portaria”.(DECRETO Nº 19.067, de 27 de agosto de 1997)

Sendo assim, depreende-se que o Comandante-Geral disporia de um prazo de 90 (noventa) dias para regulamentar e organizar o Museu da PMPB. Contudo, torna-se imperativo analisar as ações efetivamente implementadas. No Boletim Interno da PMPB de n.º 184, datado de 08 de outubro de 1997, foi veiculada uma nota endereçada ao então Comandante-Geral da PMPB, o Cel. PM Américo José Estrela Uchôa, com o seguinte teor:

Comunico a Vossa Excelência, que esta Casa aprovou o Requerimento nº 6641/97, de autoria do Deputado ZENÓBIO TOSCANO, propondo que seja consignado na Ata dos nossos trabalhos, Voto de Congratulações pela criação do Museu da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Atenciosamente.
(a) - TIÃO GOMES 2º Secretário. (Ofício nº 2057/97-DAT, 16 de setembro de 1997).

Inicialmente estabelecido como um memorial em 2004, o Museu da Polícia Militar da Paraíba foi reconfigurado durante a gestão do Coronel Euler de Assis Chaves. A partir de janeiro de 2011, foi iniciado um trabalho sistemático de coleta de materiais de cunho histórico para a composição de seu acervo. Este acervo estava originalmente situado no Salão Nobre do Quartel do Comando Geral da PMPB, localizado na Praça Pedro Américo, no Centro de João Pessoa. Contudo, é pertinente notar a existência de um lapso temporal significativo entre o decreto de criação emitido em 1997 e o estabelecimento efetivo do memorial em 2004.

⁹ Decreto 19.067 de 27 de agosto de 1997: Art. 1º - Fica criado o MUSEU DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, com a finalidade de adquirir, recolher, classificar, pesquisar, manter e divulgar o conjunto de peças históricas da Corporação.

Figura 2 - Memorial da Polícia Militar no Antigo Comando Geral



Fonte: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-42237.html>

Com a assinatura e consequente publicação da Lei Complementar Nº 87, de 02 de dezembro de 2008, por parte do Governador Cássio Cunha Lima, a concretização do museu da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) tornou-se novamente uma medida imperativa.

Nesse instrumento legal, o museu está previsto no inciso III, parágrafo único do artigo 16, e é formalmente subordinado ao Subcomando-Geral. Em consonância com essa determinação, no dia 19 de agosto de 2013, foi veiculada no Boletim Interno Nº 0155 da corporação a Nota de Serviço Nº 004/2013-EME, a qual versava sobre a cerimônia de inauguração do Museu da Polícia Militar, agendada para as 16h00min do dia 20 de agosto do ano em curso.

Conforme o texto publicado, o objetivo do Comando era "regular as atividades a serem realizadas por ocasião da inauguração do Museu da Polícia Militar da Paraíba, por ocasião do Dia do Patrono da PMPB¹⁰". Entretanto, a instituição museológica permaneceu sediada no Salão Nobre do Quartel do Comando Geral da PMPB, sem que fossem implementadas alterações substanciais em relação ao memorial preexistente.

Em 2015, o governador da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, ativa o Museu da PMPB, através do Decreto de Nº35.733, datado de 27 de fevereiro daquele ano, publicando a ativação no Diário Oficial de Nº15.770 de 01 de março de 20215. No Decreto estava disposto os seguintes artigos:

¹⁰ Dia do Patrono da PMPB é celebrado em **20 de agosto** em homenagem ao Coronel Elísio Augusto de Araújo Sobreira. Ele foi escolhido como patrono da corporação em 1957 e é lembrado pelo seu legado de coragem, honra e dedicação ao serviço público.

Art. 1º Fica ativado e passa a fazer parte da Estrutura Organizacional e Funcional da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), com a denominação de MUSEU DA POLÍCIA MILITAR, o museu da PMPB, criado pela Lei Complementar nº 87, de 02 de dezembro de 2008. Art. 2º Caberá ao museu, entre outras coisas, constituir acervo composto por peças de uniformes, armas, fotografias, troféus, equipamentos, documentos e objetos que se relacionem com a história da PMPB, com o objetivo de manter vivo o passado histórico da Corporação, promovendo a coleta, classificação, custódia e exposição desses materiais. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (D.O.do Estado da Paraíba, Nº15.770, p.1)

Entretanto, as verdadeiras ações começarão a ocorrer por ocasião da ulterior transferência da sede do Comando Geral para o município de Cabedelo, sendo museu desativado temporariamente nesse período. Consequentemente, o seu acervo foi redistribuído sendo trasladado parte para o arquivo geral da PMPB, o arsenal bélico foi para a reserva de armamento¹¹ da antiga estrutura do Quartel do Comando Geral, e outras peças para as dependências do referido edifício.

Em 06 de maio de 2021, o Coronel Arnaldo Sobrinho de Moraes Neto foi designado, por determinação do Comandante-Geral, para exercer a função de Diretor do Museu da PMPB. Imediatamente, iniciou-se o planejamento e a execução de diversas ações cruciais, as quais incluíram: A condução do processo de reforma da edificação destinada à nova sede, localizada no Parque Sólon de Lucena; O recolhimento e a organização do acervo museológico; A classificação do efetivo técnico e operacional necessário para a gestão da unidade; E o estabelecimento de parcerias estratégicas para dar prosseguimento à concepção e à implementação da nova sede.

Figura 3 - Vista de frente do Museu da PMPB antes e depois da reforma.

¹¹ "Reserva de armamento" refere-se ao conjunto de armas e munições usadas em guerra (o "armamento bélico"), que podem ser armazenadas, fabricadas, reparadas e distribuídas em um local chamado arsenal.



Fonte: <https://abriosapb.com.br/>

A inauguração da nova sede do Museu foi realizada em 27 de junho de 2022, sendo este um espaço dedicado exclusivamente à preservação do patrimônio histórico e cultural da Polícia Militar da Paraíba. O processo de concepção desta nova estrutura foi conduzido por uma comissão técnica multidisciplinar, a qual contou com a participação dos seguintes membros: Do Corpo Militar o Coronel João Batista de Lima, Coronel Valber Rufino Tavares, Tenente Coronel Arnaldo Sobrinho de Moraes, Capitã Yane Higino de Medeiros, Tenente Roberes Douglas Rodrigues, Tenente Edson Maria Gomes e Sargento Hermes Pedro Soares de Oliveira; e De Colaboradores Civis: Professor Francisco Pereira da Silva Júnior (professor aposentado da UFPB), Edson Almeida Macedo (servidor lotado no Arquivo Geral da PMPB), Odon da Silva Neto (pesquisador da Segunda Guerra Mundial) e George Henrique de Vasconcelos (professor mestre de história da rede pública de ensino).

Por fim, com a sanção e subsequente publicação da Lei Complementar N° 212, de 22 de julho de 2025, que versa sobre a Organização Básica da Polícia Militar, pelo Governador João Azevedo Lins Filho, o Museu obteve sua nova denominação. Em conformidade com o Artigo 30 desta legislação, a instituição passou a ser designada como Centro de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC). O CPHC, por sua vez, fica subordinado à Diretoria de Educação e Cultura Institucional, antes Centro de Educação da Polícia Militar.

Na sequência, iremos discorrer sobre os impedimentos e desafios que a Polícia Militar tem enfrentado no processo de consolidação e salvaguarda do seu patrimônio histórico e cultural ao longo de sua trajetória institucional. Embora seja notória a longevidade e o caráter centenário dessa corporação, urge uma análise crítica acerca das ações efetivamente implementadas para a manutenção da sua

memória e legado, tanto na percepção da sociedade civil quanto na consciência dos seus próprios membros.

Patrimônio Histórico e Cultural: “Caminhando a Passos Lentos”

Com quase dois séculos, a PMPB possui um vasto acervo de narrativas históricas. Sua trajetória até o presente momento foi delineada por múltiplos eventos, os quais conferem à instituição um legado de êxitos e reveses que se entrelaça intrinsecamente com a memória e a identidade do povo paraibano.

Entretanto, uma análise crítica suscita indagações fundamentais: Onde se encontra este registro histórico? Quando e em que contexto tais fatos se desenvolveram? Quem detém a autoridade e o conhecimento para narrá-los?

Estas reflexões impõem uma avaliação rigorosa sobre a eficácia das estratégias adotadas pela Polícia Militar no tocante à preservação, gestão e perpetuação de seu patrimônio histórico e cultural.

Durante uma interação com o vice-diretor do museu, ainda em sua fase de concepção no ano de 2021, foi possível constatar que o patrimônio material remanescente da instituição é significativamente escasso, considerando-se seus quase dois séculos de existência. Adicionalmente, o acervo residual apresenta um estado de conservação precário, com exceção de alguns poucos artefatos que se encontram em condições satisfatórias.

Entre 1832 e 1997, inexistente documentação que evidencie um interesse institucional na preservação do patrimônio histórico. A criação de um ambiente dedicado exclusivamente à conservação e preservação do acervo institucional jamais foi efetivada. Embora a trajetória da Polícia Militar tenha sido objeto de estudo por um número limitado de autores, quase todos militares, como Tavares (1982), Vidal (1978), Falcone (1985), Freire (2000), Naziazene (1972) e Lima (2013), as iniciativas de descrição e registro têm sido pontuais.

O panorama entre 2004 e a inauguração do Museu da PMPB em 2013, localizado no Salão Nobre do Comando-Geral, demonstrou poucas alterações substanciais. Embora o pequeno memorial tenha sido elevado à categoria de museu, a área física permaneceu inalterada.

O acervo em exposição era exíguo, e a limitação espacial impedia qualquer expansão. A divulgação era restrita, resultando em um baixo fluxo de visitação, majoritariamente composto por membros da corporação que se dirigiam ao

Comando-Geral para tratar de assuntos institucionais. Mesmo se houvesse uma exitosa coleta de diversas peças históricas, fruto de um trabalho investigativo e diligente por parte da PMPB, a instituição carecia de um espaço fisicamente adequado e de uma visão estratégica aprofundada para a gestão museológica.

A título de exemplificação, o Arquivo Geral da PMPB, situado no 1º Batalhão da Polícia Militar, no centro de João Pessoa, ilustra essa carência. O edifício não foi originalmente concebido para funcionar como arquivo, frequentemente assemelhando-se a um depósito de materiais inservíveis. A desorganização é notória, com materiais sobrepostos, iluminação e ventilação deficientes, além da presença de infiltrações, umidade e formação de bolor nas paredes. Tal cenário configura uma situação insalubre para um ambiente que, por natureza, deveria preservar a memória institucional e a trajetória de seus colaboradores, materializadas em livros e documentos oficiais.

Por longos anos, a custódia do arquivo esteve sob a responsabilidade de Edson Almeida Macedo, um servidor civil à disposição da Polícia Militar. Desde o ano 2000, ele prestava serviços no Arquivo Geral da Corporação, demonstrando notável aptidão na organização de acervos e museus. Iniciou, assim, o tombamento de materiais considerados potencialmente úteis para a futura instalação de um museu. Contudo, o Sr. Edson Almeida veio a falecer poucos dias antes da inauguração da nova sede do Museu, ocorrida em 2022.

O período compreendido entre os anos de 2013 e 2022 foi marcado por um crescimento lento, porém significativo, impulsionado pela inauguração da nova sede no Parque Sólon de Lucena. Com a aquisição de um edifício próprio e a consequente expansão da capacidade operacional, a instituição pôde ampliar seu acervo, fortalecendo sua missão de preservação do patrimônio histórico e institucional.

Nesse contexto, iniciou-se um processo estratégico de busca por conhecimento e estabelecimento de parcerias, visando assegurar que a história e a cultura da corporação obtivessem o merecido destaque na trajetória do Estado.

Patrimônio Histórico e Cultural: “Entre o discurso e os desafios”

Participei ativamente da concepção do museu no ano de 2022, no exercício da função de Vice-Diretor. Atualmente, em decorrência das alterações promovidas

pela Lei Complementar 212, assumi o cargo de Subcomandante do Centro do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC).

Minha formação em História, aliada à convicção do substancial potencial historiográfico da Polícia Militar, motivou-me a aceitar o desafio de gerir o CPHC, em conjunto com o Major Vicente de Paula Brito Neto. Contudo, são muitos os obstáculos a serem vencidos nesta fase atual, estamos empenhados em estabelecer parcerias, porém se faz necessário traçar estratégias mais eficientes para desenvolvê-las, visto que alguns órgãos são resistentes aos convites ou não demonstram entusiasmo. Nesse desafio de fomentar parcerias, destacam-se o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a aproximação com a Fundação Casa de José Américo, entidade reconhecida por sua vasta experiência na preservação de arquivos e patrimônio material.

A resistência em encontrar e firmar parcerias é um obstáculo para o desenvolvimento do CPHC, sendo evidenciado por sua administração. Mesmo após firmar um acordo de cooperação com a UFPB, nenhum avanço houve em relação a própria cooperação entre as entidades, que ainda encontra-se improdutivo.

No que se refere à aproximação com a Fundação Casa de José Américo, espera-se que seja diferente. Entretanto, a gestão do CPHC está esperando a análise do Corpo Jurídico da Fundação para que seja firmado um convênio para cooperação mútua. O objetivo seria aproveitar a expertise da fundação na conservação e preservação de patrimônio.

Figura 4 - Visita dos membros da Fundação Casa de José Américo



Fonte: Acervo do CPHC

Adicionalmente, salas foram devidamente climatizadas para receber o acervo histórico em translação do Arquivo Geral. Este procedimento está sendo conduzido sob a supervisão de um arquivista especializado, recrutado pela gestão, o qual está incumbido da catalogação de todo o material de inegável importância histórica para esta Corporação.

Entretanto, a carência de atenção ao acervo presente no Arquivo Geral é corroborada por evidências empíricas de desconhecimento e descarte indevido. Ademais, a fragilidade da gestão documental foi constatada no arquivo geral, onde, em uma inspeção não-programada no material destinado ao descarte, foi recuperado um elogio formal emitido pelo Exército do Sul (Destacamento Dorneles), referente à atuação da PMPB durante a Revolução Constitucionalista de 1932¹². A iminência do descarte deste documento de valor histórico inestimável, sem qualquer análise ou filtragem básica pelos responsáveis pelo arquivo, sugere uma profunda lacuna nos protocolos de gestão e conservação.

A falta de rigor na custódia do acervo resulta em perdas significativas. É plausível inferir que um volume substancial de documentos tenha sido extraviado, perdido ou descartado sem o devido processo de avaliação. O estado de conservação do material bibliográfico é alarmante, apresentando danos como rabiscos com materiais permanentes (caneta e lápis grafite), páginas arrancadas, desaparecimento de volumes e comprometimento de documentos por umidade decorrente de goteiras e infiltrações estruturais.

Durante a fase de coleta para a inauguração do museu em 2022, identificou-se no arquivo geral uma coleção de fardamentos históricos em condições precárias (sujos, amassados e manchados), com a subsequente perda de insígnias e coturnos. Outros bens materiais, como mobiliário centenário (com mais de 90 anos), apresentavam infestações por cupim e estavam sendo utilizados de forma inadequada para o armazenamento de pastas ou materiais descartáveis nas dependências do Comando Geral.

As ações de *marketing* também ainda são incipientes, tanto para o público externo quanto para o público interno. Em certa ocasião, um oficial subalterno

¹² A Revolução Constitucionalista de 1932 foi o último grande conflito armado interno do Brasil e resultou da insatisfação da elite e da população de São Paulo com o governo provisório de Getúlio Vargas. O "Destacamento Dorneles" foi uma tropa federal do Exército Brasileiro que atuou na região sul de São Paulo, especificamente em Capão Bonito e Buri, durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

pertencente a uma unidade operacional visitou o museu buscando materiais ilustrativos para uma atividade de integração comunitária. O oficial demonstrou surpresa ao ser conduzido por uma visita guiada, expressando textualmente: "não sabia que a polícia tinha um espaço assim", e admitindo o desconhecimento prévio acerca da existência e da natureza do trabalho desenvolvido pela instituição museológica. Tal episódio sinaliza uma falha na disseminação interna sobre a importância e o conteúdo do patrimônio custodiado.

Com relação ao público externo, muitas pessoas passam na frente do Museu sem saber que é aberto ao público. Ficam as vezes olhando de fora, imaginando se pode entrar para conhecer. Por vezes saio e convido para conhecer o espaço e as pessoas ficam surpresas, pois relatam que passam todos os dias na frente e não sabiam que podiam visitar. Em algumas situações as pessoas adentram o museu pensando ser uma delegacia ou um posto policial de atendimento.

São imperativos projetos para desenvolver a fomentação da cultura e a memória institucional, iniciando-se pela devida valorização do patrimônio histórico da Polícia Militar da Paraíba. O objetivo primordial deve ser despertar nos membros da Corporação a imprescindível valorização e empatia pela história e por todo o patrimônio, seja ele material ou imaterial, que a representa.

Por fim, estão em análise estudos aprofundados para a captação de recursos destinados a fomentar melhorias estruturais tanto na sede do Centro de Pesquisa História e Cultural (CPHC) quanto em outros possíveis memoriais distribuídos pelas unidades policiais no estado da Paraíba.

Considerações Finais

Diante do exposto nos tópicos anteriores, como e em que condições a PMPB tem estabelecido as estratégias para a perpetuação de seu acervo histórico e cultural? Vimos que há uma necessidade inegável de preservação do patrimônio histórico e cultural de uma sociedade, pois essa proteção define uma sociedade enquanto detentora de uma história. Não é mister que "um povo sem memória é um povo sem história"¹³.

¹³ A historiadora Emília Viotti da Costa certa vez disse que "Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado".

Dentro de contexto de preservação do patrimônio, da história e da cultura, as forças armadas têm buscado consolidar a sua memória na população, inclusive utilizando-se turismo como forma de expandir a sua cultura. O objetivo é fortalecer uma imagem positiva da missão constitucional e elevar os grandes feitos e fortalezas construídas ao longo dos séculos. A comunicação institucional, o ensino e os patrimônios físicos então inseridos dentro desse panorama atual nas forças armadas.

Com efeito, a força auxiliar (Polícia Militar da Paraíba), também tem tentado recuperar o tempo perdido. No caso não só o tempo, mas todo o acervo severamente negligenciado por décadas, escondido em depósitos e repartições, sem a devida conservação. O despertar para essa consciência vai além de uma gestão específica, mas de criar empatia por sua história e dar a relevância necessária ao patrimônio material e imaterial da corporação.

Leis foram criadas e reformuladas, contudo a inercia estava presente na execução do projeto mnemônico. Pouca ou nenhuma medida concreta foi tomada para garantir que artefatos e edificações fossem conservados com o devido valor cultural. E a ingerência de uma política interna de conservação e valorização histórica permitiu que muitos itens de valor inestimável fossem deteriorados pela ação natural do tempo ou por apatia. Além disso, a relevância do patrimônio histórico e cultural da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) tem sido, por um longo período, segregada e carente de investimento institucional. A baixa prioridade conferida à memória corporativa, seja em eventos programáticos ou em alocação de recursos financeiros, resulta na perceptível opacidade e irrelevância do Centro de Patrimônio para a própria Corporação e, por extensão, para a sociedade civil.

Atualmente, esforços estão sendo empreendidos para mitigar as perdas, visando a recuperação do que ainda está disperso e a prevenção de futuros extravios. Contudo, uma parcela considerável de acervo de valor histórico permanece dispersa em batalhões e depósitos, sob risco iminente de descarte.

Por fim, a construção e a preservação do patrimônio histórico-cultural da PMPB transcende a mera guarda de objetos; ela fortalece o senso de pertencimento tanto no âmbito dos membros da Corporação quanto na sociedade. Ao reconhecer a Polícia Militar como parte integrante de seu legado histórico, a sociedade redefine sua percepção institucional. Para que esta perpetuação patrimonial (material e imaterial) se concretize, é fundamental que a problemática receba a devida atenção,

priorizando-se a alocação de recursos e condições adequadas para a gestão e conservação do acervo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BRIOSA. Disponível em: <https://abriosapb.com.br/o-museu-da-policia-militar-da-paraiba-foi-inaugurado-no-dia-27-de-junho-de-2022-situado-no-parque-solon-de-lucena-no-centro-de-joao-pessoa-esse-orgao-cuja-criacao-re/> Acesso em: 19 nov. 2025.

A UNIÃO. **Diário Oficial**. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2025-1/julho/diario-oficial-23-07-2025-portal.pdf> Acesso em: 19 nov. 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001, p.11. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/alegoria-do-patrimonio-a-94269-1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO (DPHCEx). Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FALCONE, Guilherme. **Soldados da Paraíba**: relatos detalhados de combate. 2. ed. João Pessoa: Editora A União, 1985.

FREIRE, João Lélis de Luna. **A campanha de Princesa**. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000. 340 p.

GOVERNO DA PARAÍBA. Disponível em : <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-42237.html> Acesso em: 18 nov. 2025.

IPHAN. **O IPHAN**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

JOHN, N. M. **Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural**. XI Encontro Estadual de História, 2012. Disponível em: https://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343687593_ARQUIVO_TextoparaincluirmosanaiseletronicosdoXIEncontroEstadualdeHistoria.pdf Acesso em: 17 nov. 2025.

LIMA, João Batista de. **A Briosia**: a história da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa: A União, 2013.

MORAES, Claudia Corrêa de Almeida; ESAKI, Aneth Satie; SANTIAGO, Maria Beatriz Quitério. **INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPAÇOS CULTURAIS RELACIONADOS À TEMÁTICA MILITAR: BRASIL, ESCÓCIA E PORTUGAL**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL - CIIPC 2020, [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624042491_ARQUIVO_11428275e0df6ee8cb7e2b660d818828.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

NAZIAZENE, Ademar. **Polícia Militar da Paraíba**: Sua história. Gráfica do Senado Federal - Brasília - 1972 - 249 Pag.

OLIVEIRA, Alessandro Pereira de. **A candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial da UNESCO**: a análise do discurso patrimonial militar no Brasil. Joinville: UNIVILLE, 2018. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/1533142/Alessandro_Pereira_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

TAVARES, Eurivaldo Caldas. **Século e meio de bravura e heroísmo**: documentário histórico sobre a origem e evolução da Polícia Militar da Paraíba (1832-1982). João Pessoa: A União Editora, 1982.

VIAJAR CORRENDO. Disponível em: <https://viajarcorrendo.com.br/2018/08/museu-militar-conde-de-linhares.html?srsId=AfmBOoo-cF8bPEg73oeaF0UJ5QqWPypMSbM48YHEpKG4VQEim8mB1JtL>. Acesso em: 18 nov. 2025.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 539 p.